

**X Encontro de Pós-graduação  
em História Econômica**

**Virtual**

**8ª Conferência Internacional  
de História Econômica**

**9, 10, 11 e 12 de novembro**

**2020**

**Permanecendo na Periferia: O papel dos  
empréstimos externos do Império no  
desenvolvimento do capitalismo no Brasil (1822-  
1889)**

**Lara Pires dos Santos Feriotto**

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**

**Permanecendo na Periferia: O papel dos empréstimos externos do Império no  
desenvolvimento do capitalismo no Brasil (1822-1889)**

Lara Pires dos Santos Feriotto<sup>1</sup>

**Resumo**

No Brasil, a liderança do café nas pautas de exportação, a partir da segunda metade do século XIX, ingressou o país, gradativamente, a uma conjuntura atrelada à economia cafeeira. A perspectiva marxista de a partir da década de 1970 acerca do desenvolvimento econômico, a qual realiza uma revisão crítica do pensamento da CEPAL e da Teoria da Dependência, associa esse processo à transição para o sistema capitalista. À luz dessa discussão e com maior atenção às dinâmicas internas da economia brasileira, o presente trabalho procurou realizar breve análise dos empréstimos externos contraídos durante o Império no Brasil.

**Palavras-chave:** Empréstimos externos; Economia do Império; Economia cafeeira; Desenvolvimento econômico; Capitalismo Periférico.

**Remaining on the periphery: The role of Empire's external loans in the development  
of capitalism in Brazil (1822-1889)**

**Abstract:** In Brazil the coffee leadership in terms of exportation, from the second half of the XIX century put gradually the country in a coffee economy based conjuncture. The Marxist perspective from the 70's decade of the economic development, makes a critic revision about the CEPAL thinking and the Dependency Theory, associating this process with the transition to capitalist system. According to this discussion and with a bigger attention to the internal dynamics of Brazilian economy this paper seeks to achieve a brief analysis of external loans contracted during the Empire period in Brazil.

**Key-words:** External loans; Empire economy; Coffee economy; Economic development;

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" campus de Assis, desde 2017, com término previsto para o ano de 2020. Atualmente, desenvolve a pesquisa em iniciação científica Economia Cafeeira e Endividamento Público: o papel dos empréstimos externos dos governos central e paulista no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (1850-1930), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processo nº 2019/18494-6).

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Peripheral capitalism.

### Introdução

No Brasil, o endividamento público acompanha a economia desde a formação do Estado Nacional. Na primeira metade do Império, os empréstimos externos eram, em geral, contraídos para cobrir os *déficits* administrativos ou cumprir com compromissos anteriores, sendo, majoritariamente, o capital inglês, representado pelo grupo financeiro dos *Rothschild*, o recorrido para as operações de crédito durante todo o século XIX. A partir de 1850, entretanto, o instrumento da dívida externa sofreu alterações, especialmente, quanto à sua finalidade: o Estado passa a importar capitais via empréstimos, também, para investimentos internos.

As transformações internacionais da época explicam, em partes, a situação: com a criação da estrada de ferro, do navio a vapor e do telégrafo, o sistema capitalista passou por um processo de expansão ao redor do globo. Aliadas a isso, estão as modificações internas da economia brasileira, desencadeadas pela ascensão das exportações de café. Como resultado, a segunda metade do Oitocentos será marcada pelo desenvolvimento tardio, em relação aos países centrais, do sistema capitalista no Brasil, através dos desdobramentos da economia cafeeira (Mello, 1982, p. 177).

Para Sérgio Silva (1976), os fatores externos ou, em outras palavras, o capital estrangeiro foi o condicionante deste processo, desde que considerado no âmbito da produção. Pois, é a partir dessa ótica que as mudanças estruturais do momento, relacionadas aos meios de produção e à força de trabalho, são identificadas. Logo, a afirmação defendida por alguns economistas<sup>2</sup> de que a periferia foi a verdadeira exportadora de capital durante o fim do Oitocentos e início do Novecentos, baseada em uma análise quantitativa, não esclarece as transformações provocadas pelo Imperialismo.

O caso dos empréstimos públicos, uma das primeiras e principais formas de exportações de capitais, é um exemplo a ser apontado (Silva, 1976, p. 33). A Tabela 1

---

<sup>2</sup>Esses economistas limitam seus estudos à balança de pagamentos de cada país e, com isso, chegam à conclusão de que as nações periféricas são as verdadeiras exportadoras de capitais. Dentre eles, Sérgio Silva aponta como exemplo o economista A. Emmanuel. Cf. SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 32.

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

apresenta os números relativos ao serviço da dívida externa e aos novos empréstimos contraídos pelo Brasil entre 1851 e 1900.

**Tabela 1. Serviço da dívida externa e novos empréstimos contraídos pelo Brasil entre 1851 e 1900**  
(em milhões de *mil-réis* ou *1000contos*)

Anos	Serviço das dívidas	Novos empréstimos
1851-1860	5,3	4,1
1861-1870	12	10,1
1871-1880	16,7	9,3
1881-1890	30,5	38,1
1891-1900	57,3	63,3

Fonte: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 34.

Quando esses desdobramentos são analisados, a conclusão natural, decorrente de uma avaliação meramente quantitativa, vai ao encontro com a perspectiva acima criticada, ou seja, a de que o Brasil exportou mais capitais do que recebeu. A afirmação, entretanto, se choca com a impossibilidade de explicar as transformações ocorridas ao longo do XIX e XX, isto é, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (Silva, 1976, p. 33). Ao considerar apenas o âmbito da circulação, ignora os efeitos materiais dos empréstimos no território: eles, direta ou indiretamente, foram contraídos para a construção de ferrovias, implantação de serviços públicos e para a própria construção e consolidação do Estado.

São esses efeitos, durante o Império, que o presente trabalho procura analisar ao decorrer da discussão com foco nas dinâmicas internas da economia brasileira; fruto de leitura e análise realizadas das obras, aqui tratadas como fontes, de Liberato de Castro Carreira (1980) e Valentim F. Bouças (1955).

### A Gênese do Endividamento Público

As tabelas 2 e 3 reúnem todos os empréstimos externos de 1822 a 1852, e foram

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

elaboradas a partir dos contratos contidos em *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*, de Castro Carreira (1980), e do trabalho de Bouças (1955), *História da Dívida Externa da União*. Procurou-se, por meio delas, sintetizar da melhor forma a finalidade de cada operação, e proporcionar, com números, uma noção acerca das condições de seus contratos.

**Tabela 2. Condições gerais dos empréstimos externos contraídos entre 1822 e 1852 no Brasil**

Ano do contrato	Preço da emissão*	Valor nominal em £	Valor real em £	Juros/ano
1824**	75% e 85%	3.686.200	3.000.000	5%
Tratado da Convenção de 1825		1.500.000		5%
1829	52%	769.200	400.000	5%
1839	76%	411.200	312.500	5%
1843	85%	732.600	622.702	5%
1852	95%	1.040.600	954.250	4 ½ %

Fonte: CARRERA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980.

\*O preço da emissão dos títulos determina o valor total pago pelos credores e recebido pelo Estado (valor real) e, ao mesmo tempo, o valor devido e que, ao fim do prazo estipulado nos contratos, deverá ser liquidado (valor nominal).

\*\*O empréstimo de 1824 foi contraído em dois momentos: o primeiro em 13 de agosto de 1824 ao tipo 75 e o segundo em 12 de janeiro de 1825 ao tipo 85.

**Tabela 3. Banqueiros contratados e finalidade dos empréstimos externos contraídos entre 1822 e 1852 no Brasil**

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**

<b>Ano do contrato</b>	<b>Banqueiros contratados</b>	<b>Finalidade</b>
1824	<i>Bazeth, Farquhar, Crawford &amp; Co., Fletcher, Alexander &amp; Co., Thomaz Wilson &amp; Co. e casa Nathan Mayer Rothschild</i>	Pagar as despesas urgentes e extraordinárias que exigem a defesa, a segurança e a estabilidade do Império
Tratado da Convenção de 1825		Indenizar Portugal pela perda de propriedades e bens da coroa: Brasil toma para si o empréstimo português de 1823
1829	<i>Nathan Mayer Rothschild e Thomaz Wilson &amp; Comp</i>	Satisfazer os compromissos do empréstimo de 1824
1839	<i>Samuel &amp; Philipps</i>	Satisfazer <i>déficits</i> dos ministérios da fazenda, marinha e guerra

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**

1843		Ajustar as contas entre Brasil e Portugal, em conformidade com o Tratado da Convenção de 1825
1852	<i>A. M. Rothschild &amp; Sons</i>	Pagar o remanescente português de 1823

Fonte: BOUÇAS, Valentim F. [Finanças do Brasil] (1824-1937) *História da dívida externa da União*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & C, v. 19, 1955 e CARRERA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980.

Em resumo, duas operações serviram para cobrir *déficits* orçamentários; três, para satisfazer compromissos de dívidas vigentes; e uma, o Tratado da Convenção de 1825, para indenizar Portugal por suas perdas decorrentes da independência brasileira.

Essa última merece destaque, pois possuiu grande influência no percurso econômico do Império; com ela, o Estado tornou-se responsável pelos compromissos do remanescente de £ 1.500.000 da dívida de Portugal com Londres, realizada no ano de 1823. Como consequência do Tratado, o recém Estado independente herdou de sua antiga metrópole uma forte presença britânica nas operações financeiras. Pode-se atribuir como um dos motivos o caráter de círculo vicioso do endividamento público<sup>3</sup>, o qual induz a realização de novos contratos para atender aos antigos; e, neste sentido, novas negociações foram realizadas, através da casa bancária *N. M. Rothschild & Sons*, para suprir os compromissos firmados em 1825. Ao longo do XIX, três empréstimos atenderam, direta ou indiretamente, a esse propósito: o de 1843, a fim de satisfazer as amortizações atrasadas do remanescente; o de 1852, para liquidá-lo e, ainda por cima, o de 1863, não presente nas tabelas, mas parcialmente destinado ao resgate do empréstimo de 1843(Carreira, 1980, p. 712).

Durante a primeira parte do Oitocentos, nenhuma negociação foi realizada com a intenção de empreender no território algum investimento, visto, que até fins da década de 1850, o financiamento externo limitou-se ao resgate de contratos anteriores e a cobrir *déficits* ministeriais. Uma explicação para isso está na própria conjuntura econômica brasileira do momento, marcada pela pobreza do mercado interno, prejudicando a obtenção de renda através dos impostos; pelo declínio da economia açucareira, assim como a mineradora, e pela baixa arrecadação de renda nas alfândegas.

Com a Independência, foi necessária a elaboração de todo um aparelho

---

<sup>3</sup>Muitos exemplos podem ser citados para demonstrar essa tendência no campo das operações financeiras públicas; dentre os exemplos, há o próprio empréstimo de 1824, exposto nas tabelas 2 e 3, que apenas se liquidou em 1863 sob outra operação. Além do mecanismo do crédito, isso também pode ser explicado pelo contexto de crise econômica vivenciado pelo Brasil da época, que não permitia ao país cumprir seus compromissos no prazo.

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

burocrático, militar e institucional de uma nação, em um contexto de elevadas agitações internas e guerras externas. Para atender a essas necessidades, logo após dois anos de sua gênese, o Estado imperial já recorria ao capital externo, sob a forma do chamado “Empréstimo da Independência” (Bouças, 1955, p. 27), cujo oneroso valor nominal de £ 3.686.200 pesou por anos sob as finanças<sup>4</sup>.

Além disso, em 1924, houve um crescente *déficit* fiscal provocado pelo aumento dos gastos da Casa Imperial, fora o crescimento das despesas ministeriais, principalmente, das militares (Guimarães, 2012, p. 238). O excesso nos gastos surgiu, especialmente em 1830 e 1840, como reflexo dos conflitos internos desencadeados nas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul, onde, na última, a Guerra dos Farrapos proclamou a República do Piratini do Rio Grande do Sul em 1845 (Bouças, 1955, p. 51). Para suprir os *déficits*, serviu o empréstimo de 1839, de £ 411.200.

Em termos gerais, a economia caracterizava-se por sua baixa produtividade—pode-se considerar o ínfimo nível técnico, herdado pelo sistema geral da colonização, um responsável (Prado Jr., 1972, p. 132-133)— e, conseqüentemente, por seu constante *déficit* comercial. Deste modo, entre os anos de 1822 e 1860, apenas ocasionalmente ocorreram anos com balanços positivos, tendo o período encerrado com um *déficit* global de 233.923 *contos de réis* (Prado Jr., 1972, p. 132). A Tabela 4, elaborada com os números reunidos por Liberato de Castro (1980), demonstra que, com a exceção do de 1840-1845, todos os outros quinquênios fecharam com o valor de importação superior ao de exportação.

**Tabela 4. Média por quinquênio dos valores de importação e exportação (1830-1860)**

Quinquênio*	Importação	Exportação
1830-1835	36.402:000\$000	33.004:000\$000
1835-1840	45.815:000\$000	38.785:000\$000
1840-1845	55.384:000\$000	42.529:000\$000

<sup>4</sup>Pesou sob as finanças até o ano de 1863, quando, finalmente, foi liquidado.



## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

1845-1850	53.201:000\$000	55.065:000\$000
1850-1855	85.622:000\$000	75.122:000\$000
1855-1860	117.863:000\$000	104.998:000\$000

Fonte: CARRERA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980, p. 600.

\*O quinquênio apresentado abarca o segundo semestre do primeiro ano até o fim do primeiro semestre do quinto.

Diante desse cenário, o governo carecia de recursos financeiros para suprir os gastos e as obrigações administrativas. Assim, a amortização da dívida externa foi regularizada em 1851; até então, apenas os pagamentos dos juros foram realizados no prazo (Bouças, 1955, p. 98).

Por fim, havia também a questão da presença britânica, não apenas nas finanças brasileiras como já mencionado, mas em todo o conjunto econômico do século XIX. A ratificação dos tratados de 1810 inicia a hegemonia britânica no território brasileiro, possuindo destaque o Tratado de Comércio e Navegação e sua onerosa concessão da tarifa de 15% *ad valorem* sobre as mercadorias inglesas importadas, valor abaixo, até mesmo, do cobrado aos produtos portugueses (Arruda, 2008, p. 103-104). Embora em seu preâmbulo se refira à amizade e benefícios recíprocos, os artigos mais relevantes eram formulados para suas interpretações favorecerem diretamente a Inglaterra (Arruda, 2008, p. 104). Com a principal fonte da arrecadação pública, as taxas alfandegárias, defasada, o Brasil permanecia em contínuo *déficit* orçamentário.

Os problemas aqui resumidos foram enfrentados pelo não pagamento dos compromissos, pela emissão contínua de papel moeda e, por último, pela recorrência ao capital inglês, sobretudo, à casa bancária *N. M. Rothschild & Sons*, a qual concedeu a maior parte dos empréstimos externos levantados pelo Governo Central durante todo o Oitocentos.

### **A Ascensão da Economia Exportadora Capitalista**

Ao longo do século XIX, a cultura do café ganhou, gradativamente, destaque no cenário econômico, de tal forma que sua exportação desbancava a de açúcar, o principal produto agrícola exportado pelo Brasil, na década de 1830. Na de 1850, a produção

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

brasileira já era responsável por mais de 50% da produção internacional (Normando *apud* Pinto, 1971, p. 139). Liderando as exportações e a produção mundial, o café contribuiu com o aumento de volume e valor da balança comercial, que desde 1860 passou a ser superavitária (Pinto, 1971, p. 138-139).

A Tabela 5, elaborada a partir dos dados de Liberato de Castro (1980), demonstra, com a média dos quinquênios entre 1860 a 1885, o panorama das importações e exportações até os anos finais do Império, caracterizado, justamente, pelo seu crescimento em valor e volume.

**Tabela 5. Média por quinquênio dos valores de importação e exportação (1860-1885)**

Quinquênio	Importações	Exportações
1860-1865	118.170:000\$000	127.600:000\$000
1865-1870	149.517:000\$000	180.699:000\$000
1870-1875	155.122:000\$000	194.384:000\$000
1875-1880	163.906:000\$000	199.715\$000:000
1880-1885	183.554:000\$000	191.980:000\$000

Fonte: CARRERA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980, p. 600.

A situação favorável com o comércio internacional permitiu a maior estabilização das contas externas. Desta forma, os empréstimos deixaram de serem destinados somente a cobrir *déficits* orçamentários e a resgatar dívidas antigas, e também passaram a proporcionar, direta ou indiretamente, investimentos internos (Pinto, 1971, p. 139). Isso é o que procura demonstrar a Tabela 6.

**Tabela 6. Banqueiros contratados e finalidade dos empréstimos externos contraídos entre 1858 e 1889 no Brasil**

Ano do contrato	Banqueiros contratados	Finalidade
1858	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Encampar e prolongar a Estrada de Ferro D. Pedro II

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**

1859	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Pagar o remanescente de 1829
1860	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Para as companhias União e Indústria, Mucuri e estradas de ferro em Pernambuco
1863	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Liquidar o remanescente de 1824, remir o de 1842 e pagar a dívida flutuante do Tesouro
1865	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Para os serviços extraordinários, ligados aos conflitos externos do período, previstos nas leis de 26 e 28 de junho de 1865
1871	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Resgatar a dívida flutuante, fazer prolongamentos da Estrada de Ferro D. Pedro II e cobrir os <i>déficits</i> dos Ministérios da Guerra e Marinha
1875	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Equilibrar finanças, liquidando créditos em aberto
1883	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Satisfazer os gastos com estudos, construções, prolongamentos de vias férreas, garantia de juros às companhias, obras na capital do Império e, também, para converter a dívida flutuante em consolidada
1886	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Restabelecer o equilíbrio financeiro e consolidar a dívida flutuante
1888	<i>N. M Rothschild &amp; Sons</i>	Prevenir as dificuldades que, porventura, resultassem do ato da extinção da escravatura
1889	<i>N. M. Rothschild &amp; Sons</i>	Converter todos os títulos com juros de 5% em novos de 4%

Fonte: BOUÇAS, Valentim F. [Finanças do Brasil] (1824-1937) *História da dívida externa da União*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & C, v. 19, 1955 e CARRERA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980.

Embora as finalidades em geral tenham persistido a cobrir *déficits* e a satisfazer compromissos de outros contratos, é possível notar mudanças em comparação à primeira metade do Oitocentos, ligadas tanto à finalidade quanto ao número das negociações. Em especial, uma quantidade considerável de empréstimos— quatro no total — destinou-se, integralmente ou parcialmente, a um dos principais negócios da época: as estradas de ferro. Com a iniciativa do capital mercantil nacional, que exerceu pressão sob as autoridades governamentais (Saes, 1981, p. 41), foram construídas as principais ferrovias, financiadas ou pertencentes aos britânicos, para servir ao capital cafeeiro.

Visto a primeira fase da economia cafeeira caracterizada pelo modo colonial de produção— com base no trabalho escravo, no grande latifúndio e nas técnicas tradicionais—, ela estava submetida às condições fundamentais ao seu andamento: sobretudo, na

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

disponibilidade de escravos a preços lucrativos e na existência de terras onde a produção fosse rentável<sup>5</sup>. Nesta perspectiva, em meio à década de 1850, o cultivo de café se via impossibilitado de expandir: os altos fretes tornavam impossível a plantação distante dos portos (Costa, 1998, p. 211). Ademais, a carência de mão de obra escrava a baixos preços se estabeleceu como outro problema à penetração no interior do território em busca de novas terras (Costa, 1998, p. 211).

A superação da limitação inerente ao modo de produção colonial ocorreu, em torno de 1860, com o surto das ferrovias (Mello, 1982, p. 80), assegurando a expansão cafeeira e a prosperidade regional ao decorrer dos anos. No início do processo, o governo não possuía recursos o suficiente para dirigir o empreendimento, que passou a ser realizado por investidores, majoritariamente estrangeiros, sob a garantia do retorno de seus capitais aplicados.

A partir da legislação de 1857, os juros entre 5% e 7% foram os garantidos pelos custos estipulados da ferrovia, sendo que a empresa receberia a diferença se tivesse *déficit*. Porém, se houvesse saldo acima de 8%, dividiria os excedentes com o Estado e, se superior a 12% por três anos seguidos, reduziria as taxas cobradas (Castro, 1979, p. 47). Ainda por cima, a companhia gozaria de privilégios na importação de produtos para o funcionamento das estradas e na exploração das zonas vizinhas aos trilhos, onde outra empresa ferroviária não poderia desenvolver qualquer atividade. Essas garantias e privilégios, realizados através de concessões, poderiam ter a validade de 50 a 90 anos (Correa; de Oliveira, 2017, p. 335). Em outras palavras, como aponta Ana C. de Castro (1979), era um grande negócio aos nacionais e estrangeiros construir estradas de ferro no Brasil.

Produtos desse contexto foram os contratos realizados em 1858, 1860, 1871 e 1883<sup>6</sup> com os *Rothschild*, como demonstra a Tabela 6.

Os de 1858 e 1871 financiaram a encampação e o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, construída pela Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II organizada na praça do Rio de Janeiro em 1854, por uma comissão composta por brasileiros; mas, graças a dificuldades financeiras, foi entregue ao governo em 1858 (Carreira, 1980, p. 798). Com

---

<sup>5</sup>Mello enquadra esse período no conceito de “economia mercantil-escravista”. Cf. MELLO, João M. Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p. 58-59.

<sup>6</sup>A pesquisa, até o momento, ainda não foi capaz de encontrar maiores especificidades acerca desse empréstimo, sendo ele contraído, em partes, aos gastos provenientes de estudos, construções, prolongamentos de vias férreas e garantia de juros às companhias, não se sabe, exatamente, para qual companhia ou linhas férreas se destinou.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

o objetivo de ligar a Corte às províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, suas linhas serviram para buscar o café em todo o Vale do Paraíba e estenderam-se até ao Norte de São Paulo e Sudeste de Minas Gerais (Silva, 1976, p. 56), no momento cujas plantações do Vale do Paraíba paulista e fluminense constituíam o centro da economia cafeeira. Considerando o preço do transporte de trem seis vezes menor ao das tropas de mulas, a economia realizada pelas Estradas de Ferro D. Pedro II é estimada em 9.393 *contos* somente na data de 1868, isto é, mais de 10% do valor total das exportações brasileiras de café nessa época (Taunay *apud* Silva, 1976, p. 57).

Quanto ao empréstimo de 1860, a quantia de £ 400.000 de seu total foi destinada ao pagamento da garantia concedida à companhia *Recife and São Francisco Railway Company*, organizada em Londres, pela construção da linha de Recife a São Francisco (Bouças, 1955, p. 10). Com o primeiro trecho entregue ao tráfego em 1858, seu objetivo era concretizar a integração nacional, além do transporte de produtos da agroexportação, como, açúcar, café, fumo e algodão (Camelo Filho, 2000, p. 32-33).

Enfim, a estrada de ferro não representou unicamente a expansão territorial, mas também a mudança de um modo de produção colonial para um capitalista, por, além de ter elevado a produtividade conjunta da produção cafeeira (Saes, 1986, p. 281), ter sido um meio de produção especialmente elaborado a serviço do capitalismo.

Por outro lado, o Governo Central precisava honrar, ao mesmo tempo, os compromissos da dívida externa e das garantias de juros às companhias investidoras. Com efeito, devido à limitação de recursos e à falta de mão de obra qualificada, as ferrovias implantadas no Brasil até 1860 não ultrapassaram os 200 km de extensão em tráfego (Camelo Filho, 1986, p. 36).

Diante das características de um período de transição– de um modo de produção colonial a um capitalista–, ao mesmo tempo em que se constituíam linhas férreas, as antigas formas de transporte eram desenvolvidas e aperfeiçoadas. Ponto evidente nas atividades da Companhia União e Indústria, responsável por construir uma malha rodoviária pavimentada moderna ligando Juiz de Fora a Petrópolis. Fora o carregamento de passageiros, a companhia efetuava o de carga, principalmente de café, em carroças com capacidade para 3.000 kg (Marques, 2011, p. 11). Comparado à forma de transporte vigente até então, pautada nas tropas de jumentos cuja carga por cabeça não excedia 60 kg, o sistema da União e Indústria proporcionou, além de maior garantia no escoamento da produção e regularidade no abastecimento, infraestrutura fundamental, permitindo

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

certas economias de escala aos fazendeiros e comerciantes (Giroletti, 1988, p. 42). Pois, libertou os primeiros dos encargos da manutenção de uma tropa particular de muares para garantir o fluxo de mercadorias.

Do empréstimo de 1860, foi destinado 6.000 *contos* a essa companhia, logo depois encampada pelo governo. Porém, os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II alcançaram a cidade de Juiz de Fora em 1875, monopolizando todo o fluxo de café e outros produtos da região. Incapaz de competir com a ferrovia em volume, rapidez e custo, a União e Indústria entrou em crise tendo sua extinção total consumada em 1885.

Final semelhante teve a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri, ativada a partir de 1847 e comandada pelo brasileiro Teófilo Benedito Otoni. Destinou-se a ligar a Província das Minas ao mar – especialmente as regiões de Serro, Diamantina e Minas Novas – através da promoção do transporte bimodal, com navegação fluvial e marítima, a vapor e estradas de terra. Arelada ao capital nacional e local mineiro, por conta de sua situação de crise, teve fim em 1860 com o empréstimo externo de mesma data, cujo valor de 1.200 *contos* foi direcionado à sua encampação e liquidação em 1863. Em substituição e com propósito semelhante, a de levar as Minas ao mar, é assinado o contrato para a construção da Companhia da Estrada de Ferro Bahia e Minas em 1879 (Eleutério, 2009, p. 15), unindo o município de Caravelas, no litoral Sul da Bahia, com o de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, para o escoamento da produção do café, madeira e outros produtos (Eleutério, 2009, p. 15).

Esse desenvolvimento da rede ferroviária, junto à mecanização<sup>7</sup>, embora parcial, das lavouras, foi responsável pela acumulação de capital, que, com o tempo, evidenciou a problemática da escassez da força de trabalho (Mello, 1982, p. 82). A preocupação quanto à disponibilidade de mão de obra iniciou-se em 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, a qual, sob longa pressão inglesa, encerrou o tráfico de escravos. Promulgada no mesmo ano, a Lei de Terras garantiu, legalmente e judicialmente, a continuidade da exploração da força de trabalho, visto às transformações do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup>Essa mecanização era destinada às operações de beneficiamento do café e foi introduzida no Oeste paulista a partir de 1870. Assim, houve o desenvolvimento da grande indústria de beneficiamento, gerando dois efeitos: a melhoria da qualidade do produto, que o permitiu alcançar melhores preços internacionais, e a redução de mão de obra escrava. Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 173-178.

<sup>8</sup>Segundo José de Souza Martins, a Lei de Terras garantiu o controle da classe dominante à transição do trabalho escravo para o livre, a partir do fim do tráfico negreiro. Cf. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 59.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

A transição da escravidão ao trabalho livre, entretanto, já pode ser vislumbrada, embora de modo incipiente, bem antes (Gonçalves, 2017, p. 323). Em meio às discussões sobre o fim do tráfico negreiro, ela é identificada na Lei de 13 de setembro de 1830 e, posteriormente, na Lei de 11 de outubro de 1837<sup>9</sup>. Na prática, é observada no emprego de europeus, em 1840, pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro em sua fazenda no município de Limeira, São Paulo (Holloway, 1984, p. 111). Conforme a relação de parceria, os fazendeiros custeavam a vinda e o estabelecimento das famílias partidas da Europa a São Paulo e, em troca, esperavam o reembolso dos gastos ao passar do tempo (Holloway, 1984, p. 112). Ao decorrer dos anos, as relações sociais de produção se modificaram e, na época da Abolição da Escravatura, o regime de colonato passou a ser o estabelecido para a organização de trabalho nas fazendas até os finais de 1950.

Com o aumento do fluxo de imigrantes entre 1885 e 1888, a mão de obra pôde ser barateada e a expansão do café tomou grande impulso, e o Abolicionismo, antes mais defendido pelas camadas médias urbanas, ganhou defesa no núcleo econômico cafeeiro (Mello, 1982, p. 87).

A finalidade do empréstimo de 1888, apesar de desconhecido seus pormenores, foi amenizar as negativas consequências ao governo desse processo inevitável que foi a abolição da escravidão. Em tentativa, inclusive, de atenuar o sentimento republicano proveniente do descontentamento com o Império pela parte dos agricultores ainda dependentes do trabalho escravo.

Em prosseguimento a essa política, Visconde de Ouro Preto assumiu a pasta da fazenda em 1889. A fim de criar contratos de empréstimos ou de auxílios à lavoura, providenciar o regate do papel moeda na razão de 1.000:000\$000 mensais, e de arcar com os gastos de saneamento da capital do Império, o ministro promoveu o grande “Empréstimo da Conversão de 1889”, como chamado, pois teve por objetivo a conversão de todos os empréstimos de juros de 5% ao ano por um novo, de 4% e prazo mais dilatado.

---

<sup>9</sup>O objeto dos oito artigos da Lei de 13 de setembro de 1830 era regular “o contracto por escripto sobre prestação de serviços feitos por brasileiro ou estrangeiro”, seja por tempo determinado ou por empreitada. Já a Lei de 11 de outubro de 1837, mais complexa, continha 17 artigos e destinava-se a regulamentar os contratos de locação e serviços dos colonos, tendo como preocupação específica a atração de mão de obra estrangeira. cf: GONCALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *Almanack*, Guarulhos, n. 17, p. 307-361, Dec. 2017.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**

O capital da nova operação rendeu ao Tesouro, pela média cambial da época, 180.080 *contos de réis*, sendo seu valor de £ 19.837.000, juros de 4%, tipo 90 e prazo para liquidação de 56 anos, como mostra o quadro a seguir.

A Tabela 7 apresenta as condições gerais de todos os empréstimos externos contraídos entre 1852 e 1889.

**Tabela 7. Condições gerais dos empréstimos externos contraídos entre 1858 e 1889  
no Brasil**

<b>Ano do contrato</b>	<b>Preço da emissão</b>	<b>Valor nominal em £</b>	<b>Valor real em £</b>	<b>Juros anual</b>	<b>Prazo para extinção</b>
1858	95 ½%	1.526.500	1.425.000	4 ½%	30 anos
1859	100%	508.000	508.000	5%	20 anos
1860	90%	1.373.000	1.210.000	4 ½%	30 anos
1863	88%	3.855.300	3.300.000	4 ½%	30 anos
1865	74%	6.963.600	5.000.000	5%	37 anos
1871	89%	3.459.000	3.000.000	5%	37 anos
1875	96 ½%	5.301.200	5.000.000	5%	38 anos
1883	89%	4.599.600	4.000.000	4 ½%	38 anos
1886	95%	6.431.000	6.000.000	5%	38 anos
1888	97%	6.297.300	6.000.000	4 ½%	
1889	90%	19.837.000		4%	56 anos

Fonte: BOUÇAS, Valentim F. [Finanças do Brasil] (1824-1937) *História da dívida externa da União*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & C, v. 19, 1955 e CARRERA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980.

No ano de 1889, os títulos em circulação de 5% eram os de 1865, 1871, 1875 e 1886, os quais, juntos, resultavam a importância de £ 17.440.300. Tendo sido eles convertidos em nova dívida e as obrigações, juros e amortizações, das demais operações cumpridas com pontualidade pelo governo, especialmente a partir de 1850, a República recebeu dos 17 empréstimos contraídos ao decorrer do Império no Brasil, apenas três não



## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

liquidados. Sendo esses ainda em circulação os de 1883, 1888 e 1889 nos valores respectivos de £ 4.248.600, £ 6.265.900 e £ 19.837.000 (Bouças, 1955, p. 92).

### **Considerações Finais**

As tabelas demonstraram que, até a primeira metade do Oitocentos, os empréstimos externos foram, majoritariamente, contraídos com os *Rothschild* e, em sua totalidade, para satisfazer antigos compromissos; em um contexto de gênese do endividamento público e consolidação da presença britânica nas finanças. Já no quadro da economia internacional em inícios do XIX, as primeiras concessões de crédito podem ser consideradas instrumento de garantia de liberdade comercial, com funções meramente políticas, devido à fase internacional de crescimento industrial, em que a Inglaterra, nação pioneira neste processo, buscou garantir mercados para ingressar suas manufaturas. Porém, após 1850, e na medida em que o capitalismo se desenvolveu no Brasil, os dados indicam o aumento de financiamentos externos via endividamento público e, a partir de então, parcialmente direcionados a investimentos no país.

Foi com a ascensão da economia cafeeira, especialmente a partir de 1860, que o cenário socioeconômico brasileiro sofreu alterações e gerou demandas, atendidas, sobretudo, pelas importações de capitais. Neste contexto, se destacam as operações realizadas em 1858, 1860, 1871, 1883, 1888 e 1889, por, direta ou indiretamente, estarem associadas ao início do desenvolvimento de um novo modo de produção. Serviram para financiar construções de estradas de ferro ou para as antigas formas de transporte, porém, modernizadas— como foi o caso da de 1860, direcionada à companhia União e Indústria—, e para prevenir as possíveis consequências negativas ao Império provocadas com o fim da escravidão, o que subentende a expansão da utilização de mão de obra livre assalariada.

Vale salientar, ainda, a continuidade daquilo chamado por Caio Prado Júnior (1965) de “sentindo da colonização”, ou seja, a de uma economia essencialmente voltada à exportação de produtos primários aos países centrais. Sendo, portanto, o território brasileiro enquadrado na periferia do capitalismo mundial, onde, ao se situar como principal exportador de café, cumpriu seu papel na chamada Divisão Internacional do Trabalho.

As operações brevemente aqui analisadas foram causa e reflexo do desencadeamento de mudanças estruturais a partir da segunda metade do Império, relacionadas à ascensão da economia cafeeira e, junto a ela, ao desenvolvimento de um

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

determinado tipo de capitalismo: o periférico.

### FONTES

BOUÇAS, Valetim F. [Finanças do Brasil] (1824-1937) *História da dívida externa da União*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & C, v. 19, 1955.

CARRERA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980.

### REFERÊNCIAS

ARRUDA, Jobson de Andrade. *Uma Colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru: EDUSC, 2008.

CAMELO FILHO, José Vieira. *A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2000 (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas da UNICAMP).

CASTRO, Ana C. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Editora Zahar, 1979.

CORRÊA, Lucas Mariani; DE OLIVEIRA, Eduardo Romero. Público e privado: as políticas e os planejamentos da secretaria de agricultura, comércio e obras públicas em relação à Sorocabana Railway Company. *Rev. História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, vol. 20., n. 2, p. 323-359, 2017.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ELEUTÉRIO, Arysbur B. *90 anos de ladainha: 1918-2008*. 1ª ed. Teófilo Otoni: Artes Gráficas Modelo, 2009.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora: 1850/1930*. Juiz de Fora (MG): UFJF, 1988.

GONCALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *Almanack*, Guarulhos, n. 17, p. 307-361, Dez. 2017.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia*. São Paulo: Alameda, 2012.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARQUES, Geraldo Luciano de Oliveira. Macadame Hidráulico: uma técnica rodoviária usada há 150 anos. *Revista 150 anos União e Indústria*, Petrópolis, ed. única, p. 1-14, 2011.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELLO, João M. Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo e colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SAES, Flávio A. Marques de. *As Ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: HUCITEC/ INL-MEC, 1981.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**